



# Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

## JULGAMENTO DE RECURSO

**Objeto** – Impugnação ao edital – Pregão nº. 62/2023

**Recorrente** – Agrominas Comércio de Plantas Ltda EPP.

**Autoridade encarregada do Julgamento** – Comissão de Licitação

### RELATÓRIO

**AGROMINAS COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA EPP**, já devidamente qualificada, impetrou a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, questionando os itens do edital – PREGÃO 62/2023, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Como é de conhecimento da empresa Recorrente, a faculdade da escolha quanto a modalidade a ser eleita, é da administração pública, obedecendo aos critérios legais.

E no caso em análise, entendemos que o edital atende a esses critérios. Isso porque a cláusula 2.2 do termo de referência do edital diz que: “A Empresa deverá atender as normas e regulamentações técnicas exigidos por lei, e por este Edital, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou não atender às exigibilidades, será recusado e devolvido e o pagamento cancelado”.



## Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Sendo assim, pelo contrário do que faz entender a impugnante, o edital traz uma ampla concorrência e maior economicidade para administração pública, sendo a regra, não havendo qualquer retoque a ser feito.

No Termo de Referência do Edital, está previsto todas as exigências necessárias, devidamente pesquisadas por esta comissão, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo.

Sendo assim, as alegações contidas no recurso ora analisado, não merecem prevalecer.

O próprio termo de referência de fls./fls., prevê os critérios de aceitação dos itens, devendo a empresa atender às normas e regulamentações técnicas exigidos por lei e pelo edital.

Além disso, o Município deve adquirir produto que atenda aos seus anseios, e da forma imposta no edital, atenderá muito bem.

A Administração Pública dentro do seu poder de discricionariedade, deve buscar o maior número de concorrentes para integrarem o procedimento licitatório e favorece-la com o menor valor ofertado.

Ora, para qualquer empresa do ramo que seja funcionar, ela deve ser adequar as normas e regras federais e regionais. Não atendida tais regras, com certeza ficará impedida de comercializar qualquer produto, ainda mais com o órgão público, que prioriza a legalidade e exige várias certidões para conferir a confiabilidade da empresa contratada.

No edital impugnado, além de atender todos os anseios da Prefeitura de Monte Carmelo, estão contempladas todas as hipóteses legais e prevendo a maior competitividade para empresas do ramo, para que não haja futuras nulidades.

Assim sendo, a aquisição dos itens qualificados no edital, entendemos, que abarcam uma maior competitividade e economicidade para administração pública.





## **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Portanto, a Impugnante não tem razão em sua impugnação, pois o interesse público deve prevalecer sobre o privado.

Em suma, a Administração Pública deve obedecer aos princípios da economia, celeridade e legalidade.

Dessa forma, não há erros ou vícios a serem sanados no edital impugnado, não assistindo razão o recurso ofertado.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, nega-se provimento a presente Impugnação, tendo em vista os fundamentos lançados acima.

Monte Carmelo-MG, 25 de julho de 2023.

**ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO**  
**Pregoeiro**